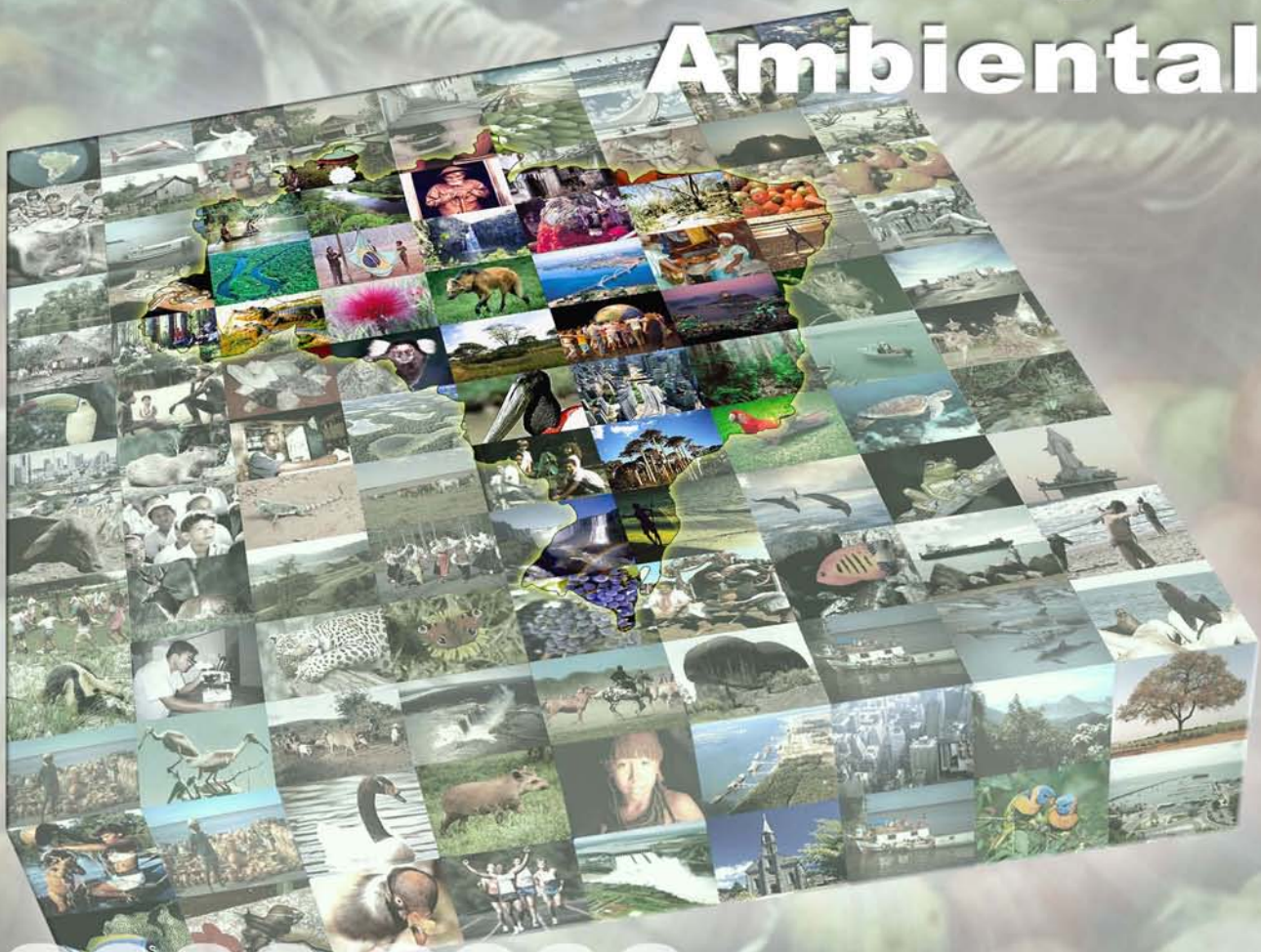


Educação Ambiental



2003/2006

TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS COLEGIADOS, FORMULAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como explicitado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA):

"O ProNEA propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade como um todo. Estimula o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas.

Para que a atuação do poder público no campo da educação ambiental possa viabilizar a articulação entre iniciativas existentes no âmbito educativo e as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental – propiciando um efeito multiplicador com potencial de transformação e emancipação para a sociedade – faz-se necessária a formulação e implementação de políticas públicas de educação ambiental que fortaleçam essa perspectiva transversal."

Desse modo, foi componente essencial da política de atuação da Diretoria de Educação Ambiental (DEA), nesta gestão, a participação em instâncias e espaços responsáveis pela formulação e/ou articulação de outras políticas públicas. Foram conferências, plenárias nacionais, seminários, consultas públicas, comissões, câmaras técnicas, grupos de trabalho e grupos temáticos. A determinação da importância da participação da DEA nesses processos foi uma combinação de oportunidades e avaliações estratégicas. Em alguns casos, a DEA foi convidada a participar por indicação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que avaliou ser esta Diretoria a área adequada para tal; em outros casos, a avaliação partiu da própria DEA; e em outros, ainda, o convite foi feito diretamente à Diretoria, após avaliações das instituições responsáveis pelas políticas acerca dos trabalhos desenvolvidos pela DEA.

Esta atuação nas instâncias colegiadas foi um dos mecanismos de colocar em prática as diretrizes de transversalidade e controle social, e contribuir para que essas e a diretriz de sustentabilidade, sob o olhar do ProNEA, fossem incorporadas às demais políticas públicas do MMA e de outros ministérios, e assim, também, contribuir para o fortalecimento do SISNAMA.

O sistema de gestão da DEA procurou estimular e viabilizar o exercício da representação, por meio das assembleias semanais de toda sua equipe, das reuniões das linhas de trabalho e das ferramentas de comunicação interna. A representação, no trabalho que esta Diretoria procurou exercer, foi compreendida como um ato de conexão, de diálogo, entre instância colegiada, equipe da DEA e corpo dirigente do Ministério, mediado pelos representantes indicados ou seus substitutos. Esse ato de representação foi compreendido também, e essencialmente, como um ato educador. Educador junto à instância colegiada, educador junto à área representada, assim como ao próprio

sujeito que exercia a representação. Esse sujeito, técnico ou diretor, encontrou-se sempre trabalhando na posição de um aprendiz. Aprendiz que se identifica como “pessoa que aprende participando”, e que faz parte de um grupo de “Pessoas que Aprendem Participando” - o grupo PAP¹ do Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA). No exercício desse ato educador de representação da DEA, as instâncias colegiadas foram compreendidas como espaços sociais onde foram vividos processos educativos.

A qualidade dessa representação foi variável, seja pela intensa agenda de trabalho da DEA e dos próprios representantes, seja exatamente por ser uma prática em pleno e constante processo de aprendizagem. Vive-se, no Brasil, um momento de crise de representação, enunciado com frequência em quase todas as instâncias colegiadas de participação social e apontado como um dos desafios para a efetiva implementação da transversalidade e do controle social. As estratégias para essa equação passam, também, pela compreensão e implementação, por meio da *práxis*, do processo educacional: Educação em Fóruns e Colegiados, conforme o Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA).

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os objetivos de enraizar a educação ambiental no país e potencializar a população brasileira para a implementação cotidiana de ações locais de sustentabilidade, em sintonia e como contribuição às grandes ações em prol da sustentabilidade global, possuem forte convergência com a educação do campo. No atual momento vivenciado pelas civilizações, caracterizado como o de uma “sociedade de risco e de informação”, a inter-relação entre essas educações se faz de grande importância.

As concepções de uma educação ambiental crítica e emancipatória e de uma educação adequada ao modo de vida do campo compartilham de uma série de princípios e objetivos. Por exemplo, ambas trabalham sob a perspectiva da educação popular e possuem a emancipação humana e a formação de sujeitos históricos, políticos e ecológicos, como duas de suas finalidades comuns.

Nesse sentido, a atuação da DEA nesta gestão procurou estreitar o diálogo entre essas educações, contribuindo para um duplo fortalecimento.

II Conferência por Uma Educação do Campo - “Por uma Política Pública de Educação do Campo”:

Em julho de 1988, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Universidade de Brasília (UnB) promoveram a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Essa conferência reafirmou o campo como espaço de vida, a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio adequado às realidades, às aspirações e aos modos de vida do campo, definindo como referência para o debate e para a mobilização popular o termo e a concepção de Educação do Campo.

¹ Referência ao conceito PAP, detalhado no Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais – ProFEA, da Diretoria de Educação Ambiental (CDROM).

A mobilização deflagrada por essa Conferência gerou um conjunto de processos e resultados, como a Criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a elaboração das Diretrizes Operacionais por uma Educação Básica do Campo – Resolução CNE/CEB nº 01/2002.

Em 2004, a Articulação Nacional por uma Educação do Campo procurou a DEA para participar da realização da II Conferência. Assim, a DEA incorporou-se ao conjunto de instituições envolvidas nessa realização, contribuindo nas discussões finais de fechamento da programação do evento e apoiando a disponibilização de publicação aos participantes, entregue no bojo de um espetáculo teatral de caráter educativo relativo à valorização das sementes como patrimônio do povo e a serviço da humanidade. Participou também de duas mesas redondas de proposições para o documento final, uma sobre formação de educadoras/es e a outra sobre projeto pedagógico. Além de contribuir na plenária final de discussão e aprovação da Declaração Final.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - Grupo Temático de Educação do Campo:

O Grupo Temático (GT) de Educação do Campo do CONDRAF foi criado por meio da Resolução CONDRAF nº 41/2004, com vinte representações e tendo por finalidade específica a elaboração de quatro produtos:

- a proposição de estratégias de articulação dos projetos e programas de educação implementados pelas Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por outros ministérios, e pelo INCRA;
- a formulação de subsídios aos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural, visando colaborar com os mesmos na elaboração de propostas relacionadas à educação;
- a proposição de estratégia de estímulo à inserção da política pública de educação do campo nos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável;
- a elaboração de mapeamento das propostas alternativas de educação do campo, com a finalidade de mostrar o volume de ações desenvolvidas, os resultados alcançados e as demandas existentes.

Na execução de seus trabalhos, foram convidados os ministérios que possuem atuação em educação do campo a apresentarem ao GT suas ações. A DEA esteve na 6ª reunião do GT para expor o ProNEA. Nessa reunião, o Ministério do Meio Ambiente foi chamado a integrar o GT como órgão convidado, em acordo ao § 2º do Art. 3º da Resolução, e a DEA participou então das últimas reuniões de trabalho do Grupo.

Após um ano de existência o GT finalizou alguns de seus produtos, mas o processo demandou a alteração de sua vigência, de sua composição e de sua competência, a fim de dar continuidade e aprofundar os trabalhos realizados, o que foi feito por meio da Resolução CONDRAF nº 57/2005. Por meio dessa Resolução, o MMA passou a integrar oficialmente o GT, o prazo de vigência foi ampliado para mais um ano e a finalidade passou a ser a elaboração dos seguintes três produtos:

- uma proposta de programa de educação do campo que ampliasse as ações de educação formal e não formal aos agricultores/as familiares e articulasse esse instrumento de política pública com o MDA, MEC e ministérios afins;

- subsídios aos Conselhos Estaduais, Instâncias Colegiadas Territoriais e Conselhos Municipais para elaboração de propostas relacionadas à educação do campo;
- elaboração da segunda fase do mapeamento das experiências de educação do campo formal e não formal, que tem por finalidade mostrar o volume de ações desenvolvidas, as demandas existentes e os resultados alcançados para a ampliação dos dados já obtidos e divulgados no sítio do CONDRAF na internet.

Para a elaboração do primeiro produto, foi necessário constituir uma Comissão a partir do GT, formada pela Coordenação do GT: (Secretaria de Desenvolvimento Territorial –SDT/MDA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), e mais dois de seus integrantes: o MMA e o Movimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

Na 29ª reunião ordinária do CONDRAF, última do ano de 2006, foram apresentados estes três produtos do GT. O produto 1 foi a proposta de um novo Programa de Educação da Agricultura Familiar no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, composto por ações de educação do campo complementares às presentes nos diversos programas do PPA anterior, e a proposta da criação de um Conselho Nacional de Educação do Campo, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República. Na plenária do CONDRAF, foi aprovada a proposta para a criação desse novo programa e a criação de um Colegiado Nacional de Educação do Campo, vinculado não à Presidência da República, mas ao MEC. A proposta ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e, até que isto aconteça, está em funcionamento um Comitê Transitório, no âmbito do CONDRAF e dirigido pela Coordenação de Educação do Campo do MEC, responsável primeiramente pela articulação institucional e orientação à criação do Programa de Educação da Agricultura Familiar no próximo PPA.

A participação da DEA no GT de Educação do Campo, desencadeou outros desdobramentos, como o fortalecimento da parceria com a SDT, em relação à articulação das políticas de Coletivos Educadores² e de Territórios Rurais; a participação no “I Encontro Nacional de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial”, em fevereiro de 2006, em Brasília(DF); a participação na Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, do CONDRAF, ocorrida em março de 2006, em Porto Alegre(RS); e a participação no “Seminário Nacional de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial: estratégia de educação no campo”, ocorrido no Salão dos Territórios Rurais, em dezembro de 2006 em Brasília(DF). No encontro e no seminário pôde-se contribuir no diálogo entre educação do campo, educação ambiental, territórios rurais, desenvolvimento rural sustentável e estratégias de gestão social, bem como na elaboração de agenda de compromissos nos territórios.

A DEA, em parceria com o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, realizou uma oficina de políticas públicas sobre Coletivos Educadores e Desenvolvimento Rural Sustentável durante o Salão dos Territórios Rurais.

Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, do CONDRAF

Antecedendo a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (II CIRAD) da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) promoveu, de 4 a 6 de março de 2006, em Porto Alegre(RS), a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável com o tema “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”.

2 Caderno 2 deste Relatório

A Plenária teve por objetivo propor diretrizes conjuntas de governo e sociedade para o desenvolvimento rural sustentável, colaborar para a organização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ainda não realizada, e contribuir com os debates da II CIRAD .

Participaram mais de 250 pessoas, representando 22 instituições governamentais das três esferas de governo, 36 movimentos sociais e sindicais, redes de organizações da sociedade e entidades religiosas e 38 institucionalidades (conselhos e fóruns) de todas as regiões do país.

Foram trabalhados seis eixos estratégicos temáticos. A DEA participou do grupo que trabalhou as diretrizes do eixo Conhecimentos e Saberes, e participou da plenária final de discussão e aprovação do documento final³.

Especificamente foi possível à DEA contribuir com:

- articulação dos saberes populares e científicos;
- priorização da agroecologia no universo das pesquisas;
- valorização das diversidades – ambiental, cultural, social, étnica, de gênero e de raças;
- ao enfoque humanista e construtivista a ser dado aos processos educativos de assistência técnica e extensão rural;
- titulação de pessoas a partir de seus conhecimentos adquiridos;
- viabilização de processos educacionais permanentes e continuados; à implementação de uma educação do campo integral, com projetos político-pedagógicos elaborados participativamente;
- viabilização da educação por alternância;
- integração das políticas e programas de educação do campo, educação ambiental e assistência técnica e extensão rural;
- democratização do acesso, da produção e da gestão da informação e da comunicação, de acordo com o Programa de Educomunicação Socioambiental do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG/PNEA).

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO

Em junho de 2006, foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 177 uma Comissão Interministerial composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT). A finalidade da Comissão é construir, aperfeiçoar e desenvolver políticas públicas para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais.

A criação da Comissão foi um desdobramento do “Encontro Nacional de Educação e Capacitação em Agroecologia e Sistema de Produção Orgânica”, organizado pelo MAPA, em dezembro de 2005,

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF no 3, 33p, Brasília. DF

com o apoio do MMA, do MEC e do MDA, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), da ITAIPU Binacional e da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

A Comissão não foi oficialmente instalada, pois não foram publicadas as indicações de todos os seus membros. Mas durante o ano de 2006 funcionou como um grupo pré-comissão constituído por técnicos oriundos de todos os cinco ministérios que integram a Comissão.

A DEA representou o MMA no evento que desdobrou na criação da Comissão e foi, no Ministério, a área responsável pela produção da Portaria. Integrou esse grupo pré-comissão contribuindo na elaboração do documento "Por um projeto educativo agroecológico a partir da perspectiva da educação profissional e tecnológica", resultado do "I Encontro de Agroecologia, Sistemas Orgânicos de Produção e Educação Profissional e Tecnológica" realizado em Uberaba(MG), de 11 a 13 de julho de 2006. Esse encontro foi promovido pelo MEC, MAPA e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Uberaba, com o apoio do grupo pré-comissão e contou com a participação de representantes daqueles cinco ministérios, instituições de ensino relacionados ao tema (agroecologia e educação) e movimentos sociais. A partir de trabalhos em grupo, inspirados pelas contribuições de palestrantes, produziu-se um material que foi sistematizado no documento citado.

Esse documento foi divulgado na Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, evento organizado pelo MEC, em Brasília(DF), de 5 a 8 de outubro de 2006.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA O SANEAMENTO (PEAMSS)

A elaboração de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento é fruto das atividades do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMSS), composto pelos Ministérios do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Integração, Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal. Seu objetivo geral foi qualificar e fortalecer as ações de educação ambiental desenvolvidas com as comunidades beneficiadas por ações de saneamento.

A construção coletiva das diretrizes do PEAMSS iniciou com a celebração de um convênio com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em dezembro de 2005, que prevê quatro etapas, que se inter-relacionam:

- mapeamento das ações em educação ambiental para o saneamento;
- oficinas;
- fórum virtual;
- fórum Pré-Seminário Nacional e Seminário Nacional.

O mapeamento das ações em educação ambiental para o saneamento foi realizado por meio de fontes de informação sobre o tema. Esta atividade começou em março de 2006 e buscou, inicialmente, reunir programas/projetos/ações em educação ambiental e mobilização social na interface com os programas/projetos em saneamento de abrangência nacional, estadual, municipal,

advindo das diversas iniciativas da sociedade civil organizada, do governo ou de instituições privadas. Como produto deste levantamento foi criado um banco de dados que estará disponível no Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA).

Dando prosseguimento ao mapeamento, foram realizadas, nos períodos de 12 a 14 de junho de 2006 e 10 a 12 de julho de 2006, entrevistas com técnicos de 13 órgãos do governo federal que atuam em saneamento e desenvolvem ações de educação ambiental. Está em discussão o formato do produto desta ação. Uma proposta é a publicação do livro *Como o Governo Federal pensa e age em Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento*.

Em maio de 2006, foi elaborado um edital para selecionar experiências bem sucedidas em educação ambiental e mobilização social para o saneamento. A divulgação foi feita em redes virtuais, associações e pelo sítio do Ministério das Cidades na internet. Foram recebidas 60 experiências e selecionadas 25, sendo cinco de cada região geográfica. As experiências selecionadas foram apresentadas em oficinas regionais e serão publicadas.

As oficinas regionais, realizadas em agosto de 2006, nas cinco regiões geográficas, foram chamadas de “observatórios de educação ambiental e mobilização social para o saneamento” e tinham como objetivo a consulta pública para as ações governamentais. Foram convidados representantes dos governos federal, estaduais e municipais, companhias de saneamento, organizações não-governamentais (ONGs), comitês, universidades e entidades de classe. Os participantes foram estimulados a refletir, em um dos seis grupos temáticos, sobre o processo de educação ambiental para o saneamento. Foram identificados aspectos em que as ações governamentais atendem aos anseios dos atores, bem como às principais dificuldades e demandas não atendidas, ou que não tiveram o resultado esperado. Os atores ainda apontaram os meios que gostariam que o governo utilizasse para atender as suas demandas.

Após a realização das cinco Oficinas Regionais foi iniciado um processo preliminar de consolidação, disseminação e validação dos documentos elaborados nos debates e discussões de grupo. Todo esse material está disponibilizado no Fórum Virtual <http://www.cidades.gov.br/peamss/>, na página do Ministério das Cidades, que visa ampliar a participação dos interessados nesse processo, tendo ou não participado das oficinas regionais. Cada participante das oficinas regionais foi inscrito em seu grupo temático respectivo. O objetivo principal deste Fórum é a discussão coletiva dos documentos elaborados nas oficinas regionais visando a construção do PEAMSS.

Uma primeira versão do PEAMSS com os resultados das oficinas e um caderno metodológico sobre “Coletivos Educadores e COM-VIDAS” estão em processo de finalização. Em maio de 2007, em Brasília(DF), será organizado um Seminário Nacional, para apresentação e discussão dos documentos supracitados.

Um outro resultado desse trabalho foi a elaboração de sugestões para o componente de educação ambiental dos Manuais da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades.

O SETOR FLORESTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Setor Florestal Brasileiro tem avançado significativamente nesses últimos 40 anos, desde os incentivos fiscais aplicados ao reflorestamento, mostrando um segmento economicamente ativo e altamente produtivo.

Nesta última década, impulsionada pela legislação e pelo avanço da certificação florestal, em busca do manejo sustentável, a questão ambiental passou a ser uma preocupação dos empreendimentos de florestas plantadas. Isso fez com que tanto a Reserva Legal como as Áreas de Preservação Permanente passassem a ser referência em um novo patamar técnico dessas culturas.

No entanto, um balanço do aspecto econômico com as demandas ambientais e sociais passa a cobrar dos empreendimentos florestais um avanço também para o enfrentamento das problemáticas ambientais e das desigualdades sociais. Isso possibilita ao segmento de florestas plantadas, que avançou na produtividade, que avance também na tarefa de diminuição de impactos ambientais, da pobreza e da eliminação da fome no país.

Nesse sentido, percebendo a oportunidade do Setor Florestal em colaborar com o país nesse desafio, desenvolvendo atividades socioambientais para e com o segmento de trabalhadores rurais, com a possibilidade de gerar emprego e renda e desenvolver processos formativos, o MMA, representado pela DEA, pela Diretoria de Conservação e Biodiversidade (DCBio) e pela Diretoria de Florestas (DIFLOR), elaborou em maio de 2004 o projeto "Nas Entrelinhas". Esse projeto visa estimular e apoiar o desenvolvimento de iniciativas socioambientais pelas empresas florestais e assim alavancar processos de aprendizagem que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis e demonstração de responsabilidade socioambiental das empresas florestais brasileiras.

Em agosto desse mesmo ano, foi realizada uma reunião com representantes de empresas florestais, de universidades e do MMA com o objetivo de apresentar o programa e socializar ações socioambientais desenvolvidas por algumas empresas do setor florestal. Como encaminhamento dessa reunião, por meio da Portaria MMA nº 85/2005, foi criado o Fórum Nacional Socioambiental do Setor de Florestas Plantadas (FONAPLAN). Este fórum tem como função precípua o estímulo às contribuições socioambientais voltadas à inclusão e à participação social como agricultura para produção de alimentos, agrossilvicultura, piscicultura, apicultura, ecoturismo e outros, com destaque à formação de arranjos produtivos no entorno das indústrias florestais. A Coordenação do Fórum encontra-se com a DEA e com a DCBio e DIFLOR, estas últimas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA).

No momento, algumas empresas estão em diálogo com o MMA com o intuito de elaborar um plano de trabalho e aderir ao programa.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), estabelecido pelo Decreto nº 5758/2006, prevê o fortalecimento da comunicação, da educação e da sensibilização pública para a participação e controle social sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com os objetivos:

- estabelecer e implementar a estratégia nacional de educação ambiental, formação e qualificação para participação e controle social sobre as unidades de conservação;
- estabelecer e implementar a estratégia nacional de comunicação, divulgação e sensibilização sobre as unidades de conservação;
- implantar e fortalecer o Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

A partir da organização conjunta de um evento paralelo na 8a. Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP 8, Curitiba/PR, março de 2006) sobre educação ambiental em unidades de conservação e de uma reunião, sobre o mesmo tema, no V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental, ocorreu uma articulação entre a DEA e a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) com o intuito de iniciar a construção participativa de uma Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do SNUC.

Assim, foram realizadas reuniões entre as equipes da DEA e da DAP, de forma que se definiu a constituição de um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria Ministerial nº 289/2006, para desenvolver a construção participativa desta estratégia, o que inclui a realização de uma oficina para a formulação de um documento preliminar, a consulta pública deste documento, a sistematização do processo e a difusão do resultado por meio de encontro nacional.

A previsão é de trabalhar na construção da estratégia até o fim de 2007, tendo em vista o tempo de duração da portaria que nomeia o GT (um ano) e a perspectiva de realização do encontro nacional em novembro de 2007, além da realização da oficina para construção do documento em maio de 2007.

Além da construção da estratégia, esta ação busca a articulação com outras secretarias e diretorias do MMA, com áreas relacionadas ao tema no Ibama e no Ministério da Educação, assim como com representações da sociedade.

Até o momento, pode-se destacar os seguintes resultados decorrentes desta articulação:

- GT oficializado por meio de portaria e reunião de instalação realizada com presença de 100% dos representantes:
 - Diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA);
 - Diretoria de Áreas Protegidas (DAP/MMA);
 - Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBio/MMA);
 - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS/MMA);
 - Diretoria de Ecossistemas (DIREC/IBAMA);
 - Diretoria de Florestas (DIFLOR/IBAMA);
 - Coordenação Geral de Educação Ambiental/Diretoria Socioambiental (DISAM/CGEAM/IBAMA);

- Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC).
- levantamento preliminar de cerca de 120 convidados e contatos para a realização da oficina;
- início do trabalho de consultoria para a construção do documento preliminar da oficina.

Os próximos passos do GT para a construção da estratégia são:

- construção da primeira versão do documento da estratégia (pré-oficina), com ajuda de consultoria contratada pela DAP;
- realização de oficina, prevista para maio de 2007, com convidados da sociedade para a discussão da primeira versão do documento da estratégia;
- reestruturação do documento após oficina;
- realização de consulta pública por meio do Fórum Nacional de Áreas protegidas e outras formas de consulta a serem discutidas na oficina;
- consolidação do documento da estratégia após a consulta pública;
- realização de Encontro Nacional para a difusão da estratégia, previsto para novembro de 2007.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE DE MANGUEZAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

Por meio da portaria nº 328/2005, foi instituído o Comitê Assessor do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade de Manguezais em Áreas Protegidas do Brasil (GEF Manguê - BRA 05/G41). Visando contribuir com a fase de planejamento e implementação das atividades do referido projeto, sobretudo no que tange ao componente de educação ambiental, a DEA integrou esse comitê.

O projeto GEF – Manguê tem como objetivo a viabilização de processos de desenvolvimento sustentável em ecossistemas de mangue de importância global mediante a conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, replicando modelos e experiências de gestão e manejo participativo e adaptativo e fortalecendo o SNUC. Nesse sentido, a educação ambiental configura-se como uma das ações centrais do projeto.

Atualmente, o projeto está em fase de elaboração e estabelecimento de parcerias e o início de sua execução está prevista para o ano de 2007 .

POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Por intermédio da Portaria Ministerial nº 68/2004, que cria o grupo de trabalho sobre comunicação e informação ambiental, a Diretoria de Educação Ambiental realizou gestões junto ao Gabinete deste Ministério para conduzir os trabalhos, dado o interesse desta unidade com a convergência temática entre educação e comunicação/informação ambiental. Assim, após a definição em março de 2006, dos membros titulares e suplentes do GT, foi realizada a reunião de inauguração dos trabalhos nos dias 5 e 6 de maio de 2006.

O GT sobre Comunicação e Informação Ambiental tem por finalidade formular proposta de diretrizes de política, instrumentos e ações direcionadas para fomentar a produção, a difusão e a democratização da informação ambiental no País, em observância aos pressupostos legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Tem como objetivos:

- formular diretrizes de política pública de informação e comunicação ambiental a ser implementada pelo Ministério do Meio Ambiente mediante programas, projetos e junto a órgãos do Governo Federal que atuam na área ambiental;
- propor diretrizes para formulação de programa de apoio à formação de comunicadores, dirigido a profissionais e estudantes de comunicação social, entidades civis e movimentos sociais, como parte da política pública de informação ambiental;
- sugerir ações que visem à articulação entre política de informação e comunicação ambiental com as políticas públicas de democratização da comunicação e inclusão digital;
- propor a adequação de fontes de financiamento da política ambiental às diretrizes da política pública de informação ambiental;
- propor instrumentos que viabilizem a publicidade e os planos de mídia governamentais.

Por sua vez, o GT tem a seguinte composição:

I – cinco representantes e respectivos suplentes, do Ministério do Meio Ambiente, sendo:

- Gabinete da Ministra de Estado do Meio Ambiente, que o coordenará;
- Assessoria de Comunicação Social;
- Departamento de Articulação Institucional e Agenda 21;
- Programa Nacional de Educação Ambiental;
- Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA;

II – dois representantes e respectivos suplentes, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sendo:

- Assessoria de Comunicação;
- Centro de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração-CNIA;

III – um representante e respectivo suplente, dos seguintes órgãos e organizações não-governamentais, sendo:

- Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;
- Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental-RBJA;
- Associação Brasileira de Jornalismo Científico-ABJC;
- Associação Brasileira das Mídias Ambientais-ECO-MÍDIAS;
- Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ;
- Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA;
- Núcleo de Jornalismo Ambiental da Universidade de Brasília-UnB;
- Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul-NE-JIRS;
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Rede Cerrado;

- Grupo de Trabalho Amazônico; e
- Rede de ONGs da Mata Atlântica.

O grupo deliberou convidar a ASCOM/MEC, CTEM e o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, como novos representantes.

Além da Diretoria de Educação Ambiental ter desempenhado um papel estratégico na ativação do GT, indicou um representante a ser o coordenador do GT.

Os membros do GT acordaram também que os trabalhos seriam realizados a distância, utilizando-se o ambiente virtual e-Proinfo, uma plataforma de educação a distância do MEC, com reuniões esporádicas, sendo que três delas seriam presenciais (no início, no meio e no final dos trabalhos).

Foram definidos os eixos temáticos para o documento, conforme descrição a seguir, e as entidades responsáveis pela elaboração das primeiras minutas:

- Princípios;
- Diagnóstico;
- Produção;
- Difusão;
- Democratização da Informação Ambiental;
- Formação;
- Comunicação e Informação Ambiental no MMA e governo federal;
- Financiamento;
- Gestão da Informação;
- Monitoramento, avaliação e indicadores.

O GT deverá apresentar em 2007 os resultados de seu trabalho e as recomendações para a constituição de uma política nacional de comunicação e informação ambiental no âmbito do MMA.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

A Política Nacional de Juventude foi instituída pela Medida Provisória nº 238/2005, que cria a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Essa Medida Provisória foi convertida na Lei nº 11.129/2005.

O Conselho Nacional de Juventude é um conselho consultivo, parte fundamental da Política Nacional de Juventude e possui a função de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes para ação governamental voltada à promoção de políticas públicas de, para, e com as juventudes, na promoção de estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil e no intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. A atividade do Conjuve pretende assegurar que a Política Nacional de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação de sua participação cidadã.

"O Conselho é composto de 1/3 de representantes do Poder Público e de 2/3 de participantes da sociedade civil, provenientes de entidades atuantes em diversos segmentos ligados à juventude. Ao todo, são 60 membros, 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para juventude, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude, e representantes das associações de Prefeitos. Tal composição atende ao objetivo de transformar a política de juventude numa verdadeira Política de Estado.

A parcela da sociedade civil, maioria no Conjuve, reflete a diversidade de atores sociais que podem contribuir para o sucesso da Política Nacional de Juventude. Há representantes dos movimentos juvenis, organizações não-governamentais, especialistas e personalidades com reconhecido trabalho voltado para a juventude. O Conselho contempla, ainda, as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira. Do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas, dos trabalhadores rurais e urbanos aos negros, indígenas e quilombolas, das mulheres aos empreendedores, do hip-hop aos participantes de organizações religiosas⁴."

No período de 2005 a 2006 foram realizadas seis reuniões ordinárias e seminários das três Câmaras Temáticas (CT):

- CT 1 - desenvolvimento integral: educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação;
- CT 2 - qualidade de vida: meio ambiente, saúde, esporte e lazer;
- CT 3 - vida segura: valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

Decorreu do trabalho do Conjuve:

- a realização do Seminário - "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", de 27 a 29 de novembro de 2006, em Niterói(RJ), onde foi apresentada e discutida a produção das Câmaras Temáticas;
- a publicação do livro "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", lançado em novembro de 2006 no Seminário do Conjuve, e do "Guia de Políticas Públicas de Juventude", ambos lançados no Seminário;
- o lançamento do Prêmio Juventude, promovido pela Secretaria Nacional de Juventude, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas relacionados à juventude e políticas públicas. A entrega do prêmio aconteceu na abertura da 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.

O Conjuve está se firmando como um importante espaço de interlocução entre setores governamentais e não governamentais e de formulação de diretrizes de políticas na área de juventude.

⁴ Texto extraído do sítio do Conjuve na internet: HYPERLINK "http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/conjuve/integra_view" μ[http://](http://www.presidencia.gov.br/) § HYPERLINK "<http://www.presidencia.gov.br/>" μwww.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/conjuve/integra_view, em 18/12/06)

A DEA participou da Câmara Temática 2 - Qualidade de Vida; do seu primeiro seminário, acompanhando a elaboração do parecer e a revisão do texto; e participou da 5ª e 6ª reuniões ordinárias do Conselho. A atuação da DEA contribuiu no reforço à internalização da questão ambiental nesta política setorial, a ampliação da noção sobre meio ambiente e território, pelas áreas representadas e o reforço à incorporação da diretriz de participação e controle social, desde a formulação de políticas públicas até sua implementação e avaliação.

Paralelamente, a DEA tem apoiado a CGEA/MEC nas atividades do Órgão Gestor junto à Rede de Juventude e Meio Ambiente (REJUMA) e às Comissões de Juventude e Meio Ambiente (CJs), criadas em todo o país a partir das Conferências Nacionais Infanto-juvenis pelo Meio Ambiente.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (CISEA)

Em maio de 2003, no processo de construção do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis para o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, a Secretaria Executiva e a Diretoria de Educação Ambiental do MMA promoveram uma reunião com as Secretarias e os órgãos vinculados ao Ministério. Discutiram a criação de mecanismos de articulação da educação ambiental no MMA, de modo a se ter uma orientação comum quanto à educação ambiental a ser promovida pelo conjunto das áreas do Ministério. Dessa reunião foi deliberada a constituição de uma instância colegiada de educação ambiental no MMA, com representação de todas as secretarias e vinculadas, cabendo a sua secretaria executiva à DEA.

Foi criada, assim, por meio da Portaria Ministerial nº 269/2003, a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), com o objetivo de promover o fortalecimento e a articulação das ações de educação ambiental desenvolvidas pelas diversas áreas do MMA e nas entidades vinculadas, promovendo o diálogo entre setores, fomentando ações conjuntas e sinérgicas, otimizando recursos financeiros e humanos e estabelecendo diretrizes comuns para programas, projetos e ações de educação ambiental realizados no MMA e nas vinculadas (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, Agência Nacional de Águas -ANA e Jardim Botânico do Rio Janeiro-JBRJ).

A socialização das informações relativas aos projetos e ações desenvolvidos em cada setor/órgão tem por objetivo minimizar a sobreposição das ações, possibilitando a atuação integrada no território brasileiro e com os diversos públicos da educação ambiental. Além disso, a CISEA tem por objetivo a auto-formação de seus integrantes, possibilitando sua interferência na elaboração e implementação das ações de educação ambiental e qualificando essa atuação.

Em junho do mesmo ano foi realizada a primeira reunião oficial da CISEA, na qual estavam presentes representantes de todas as secretarias do MMA e órgãos vinculados. O principal ponto de pauta foi a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o tratamento da educação ambiental no PPA 2004-2007. Desde sua criação, a CISEA se reuniu em 36 ocasiões.

Nesse período, ocorreram reuniões com participação de convidados das Secretarias do MMA e vinculadas para conhecimento do funcionamento da Comissão, para apresentação de ações desenvolvidas e acompanhamento dos trabalhos, enriquecendo a atuação da Comissão e

demonstrando envolvimento das Secretarias e vinculadas com as temáticas em discussão na CISEA. Técnicos da DEA também participaram de reuniões para tratar de pautas específicas, ampliando assim o envolvimento da equipe com a Comissão e com as ações de educação ambiental desenvolvidas no MMA. A definição pela realização de uma pesquisa intitulada "O que o MMA pensa sobre educação ambiental?" (CDRom), com a participação do Laboratório de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (LAPSI/USP) também possibilitou um avanço nas atividades da Comissão.

Além disso, foram criados, entre 2003 e 2006, grupos de trabalho para tratar questões afetas à formação de educadores/as ambientais nos diversos contextos em que atuam o MMA e vinculadas, e para tratar de questões relativas à educação a distância. Outros grupos intersetoriais relacionados à temática da educação ambiental também foram chamados a trabalhar em parceria com a CISEA, tais como o Comitê Gestor do Programa "Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis" do PPA e o GT de produção audiovisual. Esses, entretanto, exerceram maior papel de socialização de informação do que de integração efetiva de ações.

Questões relevantes para a elaboração de uma política estruturante da educação ambiental foram discutidas, elaboradas ou criadas na CISEA ou com sua colaboração, dentre as quais:

- contribuições na elaboração da primeira versão do ProNEA;
- discussão sobre linhas temáticas e editais da carteira de educação ambiental do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e sobre o financiamento nacional e estadual da educação ambiental;
- contribuições na revisão da proposta e da cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)⁵.

Nesse cenário, entretanto, a participação de algumas secretarias/órgãos representados na CISEA diminuiu significativamente durante o passar dos anos, resultando na realização de algumas reuniões sem quorum para deliberações e com menor poder de internalização nas áreas. Os integrantes da Comissão, reconhecendo sua importância para a elaboração de diretrizes e políticas estruturantes de educação ambiental no MMA e nas instituições vinculadas, buscam sanar essas dificuldades por meio da discussão de cenários possíveis para incremento das ações da CISEA, a partir de 2007.

A AGENDA 21 E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seguindo as diretrizes de transversalizar e fortalecer as ações de educação ambiental articulando e otimizando os projetos e programas implementados pelo Ministério do Meio Ambiente, nesta gestão manteve-se o diálogo junto ao Programa Agenda 21 - um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade, em todas as áreas em que a ação humana impacta o ambiente.

Pautados pelo desafio de buscar novos modelos de participação e controle social como forma de possibilitar uma melhoria na qualidade de vida da sociedade, e pela necessidade de se desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadores/as ambientais,

5 Programa do MMA acessível pelo endereço eletrônico www.mma.gov.br/a3p

a partir de diferentes contextos, em agosto de 2005 foi promovido um encontro entre as equipes da Diretoria de Educação Ambiental e da Agenda 21, para socializar as ações e elaborar um planejamento comum.

O foco inicial desse encontro foi a integração do Programa Agenda 21 e do Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), cuja proposta é facilitar, promover e estimular o diálogo entre as múltiplas ações, programas, projetos e outras atividades afins, pensados e desenvolvidos nos mais diversos recortes territoriais.

Diante disso, diagnosticou-se afinidades e convergências entre tais programas. Ao interagir com o MES, a Agenda 21, além de formalizar, colocar em prática ações e projetos socioambientais e promover a participação de todos os setores e grupos sociais na sua elaboração, implementação e avaliação, agrega a dimensão educadora, tornando-se uma "Agenda 21 educadora sustentável", na medida em que contempla estratégias de educação ambiental continuada junto a todos os atores locais.

A interface entre esses programas se concretiza na medida em que esse diálogo não se limita somente a ações pontuais, mas na construção de métodos convergentes. Nesse sentido, construiu-se uma primeira proposta de orientação para a implementação articulada dos mesmos.

Um dos elementos de convergência é o grupo formado no início do processo de mobilização local. No Programa MES esse grupo é denominado Comitê Local, na Agenda 21 local a denominação é Fórum da Agenda 21. Estes grupos são constituídos de uma forma bem parecida, com composição similar, para atribuições complementares, com finalidades convergentes, tendo, portanto, a possibilidade de se reconhecerem como um mesmo grupo, otimizando recursos financeiros, tempo e energia humana, sem comprometer as condições mínimas estabelecidas em cada programa. E como característica comum, em ambos os Programas esse grupo pode também ser constituído a partir de grupos ou coletivos existentes, associados a outros programas e políticas públicas.

Esse é apenas um ponto, há outros que vão do diagnóstico ao planejamento, planos de ação, propostas de formação e formas de avaliação. No processo de implementação de ambos os programas é possível a convergência.

Tais afinidades começaram a se materializar em algumas ações, tais como:

- promoção de um oficina sobre Agenda 21 e Educação Ambiental, no Encontro do Chamado do Beija-Flor, realizada em Alto Paraíso de Goiás(GO), no período de 19 a 21 de setembro de 2005, onde foram apresentadas as perspectivas de ambos os programas, debatidas em grupos as principais questões sobre sustentabilidade e a montagem de estratégias para implantação da Agenda 21 local e do Município Educador Sustentável em distintos cenários;
- realização de três encontros regionais para início do Programa MES na região da Bacia do Alto Paranaíba(MG), onde foram apresentados os Programas e as perspectivas de convergência entre os mesmos: I Encontro Regional Ambiente Interativo Alto Paranaíba, realizado entre os dias 20 e 21 de julho, no município de Monte Carmelo(MG); e II Encontro Regional Ambiente Interativo Alto Paranaíba e I Seminário Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizados entre os dias 4 e 6 de outubro de 2006, no município de Patrocínio(MG);

- participação da DEA, por meio do Programa MES, no Encontro Nacional da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, realizado em Brasília(DF) nos dias 15 a 17 de agosto de 2006, onde foi constituída a Rede e formulada sua Carta de Princípios e seu Acordo de Convivência;
- participação da DEA no 1º Fórum Regional de Agenda 21 na Educação, realizado em Itapecerica da Serra(SP), no dia 29 de novembro de 2006, com a proposta de estimular por meio do MES a troca de experiências, a integração entre as ações de gestão e formação, além de propiciar a socialização dos trabalhos de educação ambiental que estão sendo realizados nos municípios de Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Cotia e Taboão da Serra;
- formulação de um projeto de formação de educadores/as ambientais do município de Alcântara(MA), visando formar educadores/as populares por meio do processo de construção e implementação da Agenda 21 de Alcântara. Esse projeto será desenvolvido nos anos 2007 e 2008 por um dos Coletivos Educadores do estado do Maranhão, juntamente com o fórum de agenda 21 do município.

A grande riqueza desse processo de articulação dos Programas Município Educador Sustentável e Agenda 21 é que sua construção não resulta feita apenas da atuação das respectivas equipes no MMA, mas, principalmente, das pessoas e instituições que estão implementando Agendas 21 e Municípios Educadores Sustentáveis pelo país. Essa construção é realizada na medida em que elas se apropriam e se reconhecem como protagonistas de ambos os Programas, compreendendo no próprio processo de construção a complementariedade possível, buscando as convergências, imprimindo sua criatividade, experimentando, inovando e contribuindo no aprimoramento dos trabalhos.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS PELO MEIO AMBIENTE (CNMA)

Em dezembro de 2003 realizou-se a I CNMA, nas versões adulto e infanto-juvenil. Construídas a partir de encontros nas escolas, municípios e micro-regiões ocorreram conferências estaduais que escolheram delegados/representantes para a Conferência Nacional. Em 2005, o processo se repetiu para a II CNMA, adulto e infanto-juvenil.

A DEA apoiou todos esses processos com equipe técnica, gestão financeira e administrativa, planejamento e execução de ações, envolvimento nos debates e avaliações, sempre em parceria com secretarias e diretorias do MMA e do MEC, além de instituições da sociedade civil e outras esferas do governo e do setor empresarial.

DIÁLOGOS PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL

Antecedendo a I CNMA, em julho de 2003, a DEA apoiou a SDS/MMA e o Gabinete da Ministra de Estado de Meio Ambiente na realização do evento "Diálogos para um Brasil Sustentável", proposto e coordenado pelo físico Fritjof Capra. Foram três dias de encontros entre intelectuais, lideranças populares e convidados internacionais, cujos debates visavam gerar subsídios para a CNMA.

A DEA organizou e participou com maior ênfase no GT Educação para Sociedades Sustentáveis, que visou discutir a proposta pedagógica do *Center of Ecoliteracy*, baseado na Alfabetização Ecológica.

V FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em apoio à REBEA, o Órgão Gestor da PNEA realizou o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Goiânia (GO), em novembro de 2004. Teve como objetivos: proporcionar aos educadores/as ambientais do Brasil espaços de convivência para diálogos e trocas; oferecer espaço para apresentação de pesquisas, vivências e experiências em educação ambiental; reforçar o papel das redes na construção de sociedades sustentáveis, e ainda convidar novos sujeitos sociais à participação na educação ambiental.

O evento contou com aproximadamente 4.000 participantes e 1.200 painéis de apresentação de projetos de educação ambiental realizados em todo o país e foi estruturado em três grandes eixos de discussão: a) Política Nacional de Educação Ambiental, b) Formação de Educadores/as Ambientais e c) Redes Sociais e Educação Ambiental. Sua realização foi certamente um marco importante na trajetória da educação ambiental brasileira, sobretudo para as redes de educação ambiental. O Fórum anterior havia sido realizado em 1997, em Guarapari (ES). Em 2007 deve ser realizado o VI Fórum de Educação Ambiental na cidade do Rio de Janeiro.

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental

